

**RESPOSTA À INTERPELAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA DEPUTADA À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, SONG PEK KEI**

Em cumprimento de instruções do Chefe do Executivo, tendo em consideração os pareceres da Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico, do Instituto Cultural e do Instituto de Acção Social, a AMCM apresenta a seguinte resposta à interpelação escrita da Sra. Deputada Song Pek Kei, de 15 de Janeiro de 2021, enviada a coberto do ofício n.º 092/E68/VI/GPAL/2021 da Assembleia Legislativa, de 20 de Janeiro de 2021 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 21 de Janeiro de 2021.

O Governo da RAEM tem vindo a empenhar-se na promoção da diversificação dos pagamentos por meio electrónico e da sua generalização, o que constitui um suporte importante para o fomento do desenvolvimento da economia digital. O sector financeiro continua, também, a explorar diversas áreas em que pode ser utilizado o pagamento electrónico.

Relativamente à primeira questão da interpelação, desde o começo da utilização de “QR code” para pagamento das tarifas de autocarros, no segundo trimestre de 2019, o número da sua utilização tem continuado a aumentar mensalmente. Entretanto, várias instituições financeiras prestam, ainda, serviços de pagamento automático através de reconhecimento automático da matrícula do veículo nos auto-silos de Macau. Segundo os dados facultados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), todos os 53 parques de estacionamento públicos que funcionam sob a alçada da DSAT dispõem de sistema de pagamento com cartão electrónico. Dos parques mencionados, 47 dispõem de sistema de identificação da matrícula do veículo e, actualmente, 23 dispõem de sistema de pagamento automático através de reconhecimento automático da matrícula do veículo, o qual será instalado sucessivamente nos restantes parques de estacionamento públicos. Os actuais parquímetros são compatíveis com a moeda local e com os cartões electrónicos (nomeadamente, cartões porta-moedas electrónicos e cartões QuickPass). Com a crescente popularidade da utilização dos pagamentos móveis, há cada vez mais lugares onde podem ser utilizados os pagamentos móveis.

Por outro lado, o Governo da RAEM está empenhado em ajudar as empresas a utilizarem mais ferramentas tecnológicas em diferentes etapas, como promoção, venda, pagamento, gestão, na tentativa de concretizar a sua valorização e reconversão, como resultado da digitalização, assim como responder aos actuais hábitos de consumo e às tendências de desenvolvimento do mercado, a fim de que as empresas sejam integradas, de melhor forma, no novo ambiente da economia digital. A par disso, o Governo da RAEM dará apoio às associações comerciais no que respeita ao desenvolvimento do

“plano de apoio financeiro à electronização do sistema *backup* do sector de restauração”, concedendo, através do qual, apoio financeiro a empresas do sector da restauração destinado a suportar parcialmente as despesas com a instalação do sistema electrónico para pedido de refeições que permite a encomenda de refeição efetuada pelo próprio consumidor e o uso próprio de pagamento electrónico, com o objectivo de ajudar as empresas da restauração a otimizar gestão e eficiência dos serviços através da tecnologia da rede, e assim atenuar a escassez de recursos humanos, de modo a que sejam promovidas a reconversão e valorização das empresas do sector da restauração tradicional e seja elevada a sua competitividade.

Com os esforços conjuntos das todas as partes, o número de transacções de pagamento móvel e o respectivo valor tem continuado a acelerar, tendo atingido um novo recorde trimestral, no quarto trimestre de 2020. Em 2020, o número total de transacções atingiu 65,49 milhões e o valor total de transacções ascendeu a 6,33 mil milhões de patacas, o que constitui, respectivamente, 4 vezes e 5 vezes do total verificado no ano 2019 e, 48 vezes e 71 vezes do total do ano 2018. Além disso, tem aumentado, significativamente, a taxa da cobertura dos pagamentos móveis, e até ao final de 2020, o número de aparelhos que aceitam os pagamentos móveis e o “QR Code”, em Macau, atingiu 70.000, traduzindo um aumento de 89%, quando comparado com o ano anterior.

Com vista a melhorar, por um lado, a experiência a nível de consumo dos residentes e, por outro, a dispensar a instalação de vários aparelhos nos estabelecimentos comerciais e a realização de operações com recurso a diferentes aparelhos, bem como a simplificar os procedimentos de verificação das contas entre os comerciantes, os bancos ou as instituições de pagamento, simplificando assim os trabalhos assegurados pelos comerciantes, no que respeita à gestão dos fundos, foi lançada, em 8 de Fevereiro deste ano, a fase experimental da primeira fase do serviço de pagamento agregado sob a sigla “Simple Pay”, constituindo o factor que conduz o desenvolvimento dos pagamentos electrónicos em Macau, para uma nova fase.

Em relação às questões sobre a electronização e a digitalização dos serviços sociais mencionadas na interpelação, o Governo da RAEM continua a promover a concretização dos respectivos trabalhos, nomeadamente, o Instituto Cultural (IC) tem-se dedicado em promover os serviços de bibliotecas *self-service*. Actualmente, as 16 bibliotecas públicas e 1 biblioteca especializada afectas ao IC, instaladas nos bairros comunitários na Península e nas ilhas, têm disponibilizado, nos balcões, equipamentos de pagamento móvel. Mais tarde, será acrescentada a plataforma de pagamento *online* na aplicação móvel intitulada “A Minha Biblioteca”, no sentido de proporcionar aos cidadãos serviços mais qualificados e convenientes. As 16 bibliotecas públicas têm colocado máquinas de levantamento e devolução de livros *self-service*.

O Instituto de Acção Social (IAS) criou, em 2020, o serviço de pedido do Subsídio para Idosos *Online* através da aplicação para telemóvel e plataforma do “Acesso Comum aos Serviços Públicos da RAEM” (adiante designado por “Acesso Comum”), para os residentes poderem aceder à conta individual do “Acesso Comum” para tratarem das várias formalidades referentes ao Subsídio para Idosos, nomeadamente, pedido, retroactividade do Subsídio para Idosos do ano transacto, alteração de dados, cancelamento voluntário, entre outras. Para além do acima referido, o Fundo de Pensões, o IAS e o Fundo de Segurança Social concluíram, em 2020, a criação de uma plataforma conjunta sobre as informações de prova de vida e de falecimento. Em 2021, lançou-se na aplicação para telemóvel “Acesso comum” o serviço de tratamento de prova de vida.

No futuro, o Governo da RAEM continuará a incentivar o sector financeiro a explorar novas áreas onde pode ser aceite o pagamento electrónico, com vista a promover a facilidade e a conveniência aos cidadãos e às empresas, no sentido de melhor facilitar o consumo dos residentes nas suas deslocações, criando condições favoráveis para apoiar a transformação digital dos comerciantes, contribuindo assim para o desenvolvimento da economia digital e a construção da cidade inteligente. Paralelamente, será aprofundado e otimizado, de forma contínua, o desenvolvimento da Governo Electrónico, no sentido de prestar serviços mais convenientes aos cidadãos.

Autoridade Monetária de Macau
Pel’O Conselho de Administração

Chan Sau San
Presidente
Aos 9 de Fevereiro de 2021